


de imóveis. Rerratificação do Despacho nº 102/2021/PGM-CGGM, para fazer constar a Razão Social correta e respectivo CNPJ do 6º Cartório de Imóveis. I - À vista dos elementos contidos no processo, especialmente as informações n.º 040788141 e 040848609, RERRATIFICO o Despacho constante no documento SEI nº 040307700, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 03/03/2021, página 16 (doc. 040352339), para constar a nova Razão Social e CNPJ do 6º Cartório de Imóveis abaixo relacionado, permanecendo inalteradas as demais informações constantes no Despacho n. 102/2021/PGM CGGM: . 6 OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DA CAPITAL DE SÃO PAULO – CNPJ 36.330.663/0001-11.

DESPACHO EXARADO PELA PROCURADORA GERAL

6021.2020/0041738-6 - CYRO LUIZ DE OLIVEIRA CHINELLATO. Considerando os elementos de convicção constantes do presente, em especial a manifestação da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização desta Procuradoria Geral do Município, que adoto como razão de decidir, **CONHEÇO**, por tempestivo, do recurso apresentando por Cyro Luiz de Oliveira Chinellato, RF 583.454-6 em face do indeferimento da sua inscrição nos termos do Edital nº 01/2020-PGM e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, de vez que presentes as mesmas circunstâncias que informaram os precedentes citados (035186912 e 036892025), com fundamento nas manifestações da PGM/CGC (035186363/036891822), não atendido o requisito estabelecido no item 3.1. do Edital em comento.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Secretaria Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - SEMARP

COMUNICADO – COVID 19

Considerando a situação epidemiológica atual da pandemia da **COVID-19** e a necessidade de liberação de leitos de enfermaria dos hospitais próprios municipais de São Paulo, a fim de que esses sejam destinados aos pacientes acometidos de **COVID-19, convidamos os hospitais privados**, localizados no município de São Paulo, a participarem do **EDITAL SMS.G 01/2020**, para contratação de leitos de enfermaria destinados aos pacientes não acometidos de **SARS COV 2.**

PROCESSO SEI: 6018.2019/0073501-0

O edital consta no site da Secretaria da Saúde: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/editais/index.php?p=6177>

PROCESSO: 6018.2020/0006751-6
DESPACHO DO SECRETÁRIO
I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no §5º do art. 42 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c o documento de Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - GN 2349-0 (025695242), à luz das manifestações da SMS/UCP e SMS/COJUR, AUTORIZO o aditamento ao Contrato 036/2020/SMS-1/CONTRATOS, celebrado com pessoa jurídica de direito privado TETRA-BASE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 07.534.937/0001-96, cujo objeto é a realização das obras de reforma da Unidade Básica de Saúde - UBS - Humaitá, no âmbito do projeto Avança Saúde São Paulo, que conta com recursos do financiamento realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para (a) o acréscimo de R\$803.246,20 (oitocentos e três mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte centavos), equivalentes a 49,98% do valor original da contratação e (b) supressão de R\$541.853,22 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e dois centavos) ao montante inicial do contrato, perfazendo a contratação após o referido aditamento o valor total de R\$1.868.610,18 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e dez reais e dezoito centavos), nos termos das especificações técnicas aprovadas pela Unidade de Coordenação do Projeto e, ainda, para (c) prorrogar o prazo de execução contratual por 86 (oitenta e seis) dias, com termo final em 26.03.2021.
II - A despesa decorrente da presente autorização irá onerar a dotação orçamentária 84.11.10.301.3003.9.204.4.4.90.51.00, Fonte 01, NR nº 15.687/2021.

PROCESSO: 6018.2020/0081371-4
SEI nº 040786655
DESPACHO DO SECRETÁRIO
À vista dos elementos constantes no processo administrativo nº 6018.2020/0081371-4, e em especial a manifestação da Coordenadoria Jurídica desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ENVIO DOS AUTOS A PROCED, com fundamento no art. 147A, II do Decreto 43.233/03, uma vez que caracterizada a responsabilidade funcional no procedimento de apuração preliminar.

PROCESSO: 6018.2021/0005245-6
SEI nº 040105963
DESPACHO DO SECRETÁRIO
À vista dos elementos constantes no processo administrativo SEI nº 6018.2021/0005245-6, e em especial a manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ENVIO DOS AUTOS A PROCED, com fundamento no art. 102, III, “c” do Decreto 43.233/03, uma vez que existem indícios de responsabilidade funcional, que fazem jus a complementação das investigações através de Sindicância.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2019-0015290-2
I – À vista dos elementos constantes do processo, em especial a manifestação da Divisão de Suprimentos e da Assessoria Jurídica, que acolho, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe, com fundamento no no artigo 13 da Lei Municipal nº 13.278/2002, na forma da competência desig-

CONTABILIDADE
COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO
DESPACHO EXARADO PELO PROCURADOR COORDENADOR
6021.2021/0000022-3 - DEMAP - I. Diante dos elementos que instruem o presente, as disposições do Decreto nº 60.052/2021, as atribuições previstas no inciso V do artigo 19 do Decreto 57.263/2016, e da competência estabelecida na Portaria PGM.G nº 24/2017, **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho e da Nota de Liquidação e Pagamentos, onerando a dotação nº 21.10.02.062.3024.4817.3.3.90.39.00, do orçamento vigente, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), para fazer face às despesas com medidas judiciais no âmbito do Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMAP relativo aos meses de ABRIL, MAIO, E JUNHO de 2021, e a utilização dos meios permitidos excepcionalmente previstos no artigo 8º da Portaria SF nº 77/2019 sem a necessidade de pedido antecipado e fundamentado do responsável por este adiantamento conforme dispõe em seu §1º; com fundamento no artigo 2º, inciso VIII, da Lei Municipal nº 10.513/1988; artigos 1º, 2º e 11º do Decreto nº 48.592/2007; e Portaria SF nº 77/2019, em nome da senhora Procuradora LARISSA RISKOWSKY BENTES, inscrita no CPF (MF) sob nº 197.519.798-46 e R.F. nº 729.279.1. II. Fica cancelado o Despacho Autorizatório, documento nº 038087951 deste processo, aproveitando-se por este, somente o seu número sequencial por não ter sido utilizado.

Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0001440-4
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0001440-4, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0001445-5
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0001445-5, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0001448-0
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0001448-0, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0001451-0
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0001451-0, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0001461-7
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0001461-7, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0010795-0
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0010795-0, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0011611-8
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0011611-8, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 080/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 03/07/2020, página 14, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6018.2020/0013461-2
I – À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6018.2020/0013461-2 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020, em seu art. 45º, §2º, no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, AUTORIZO o sobrestamento do feito pelo prazo de 90 dias.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002588-0
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0002588-0, em especial a manifestação da Assessoria

ria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 2ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 079/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 08/07/2020, página 18, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0001464-1
I – À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0001464-1, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 em seu art. 45º, §2º, e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 2ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 079/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 08/07/2020, página 18, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

PROCESSO 6110.2019/0001998-6
Despacho Autorizatório
I – À vista dos elementos constantes no processo administrativo SEI nº 6110.2019/0001998-6, considerando as manifestações do Setor de Contratos e da Assessoria Jurídica, as quais acolho, com fundamento no artigo 57 inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e com fulcro na Lei Municipal 17.433/2020, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 59.685/2020, em especial na competência atribuída pelos artigos 7º, III, e alíneas c.c. artigo 14, III e IV e artigo 52, I, AUTORIZO a PRORROGAÇÃO da contratação para prestação de serviços de manutenção continuada em sistema de caldeiras elétricas e a gás, com fornecimento de mão de obra para operação e com fornecimento de peças, para atendimento as Unidades subordinadas a esta Autarquia Hospitalar Municipal - Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar/SMS do Termo de Contrato nº 005/2020 firmado com a empresa AMG SERVICOS, CURSOS E COMERCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.774.322/0001-90, com início para o dia 16/03/2021, findando-se no dia 15/03/2022, o montante da despesa para o período de 16/03/2021 à 31/12/2021 resultara em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), onerando a dotação orçamentária nº 84.10.10.302.3003.2.507.3.3.90.39.00 F-00 – Nota de Reserva nº 14.412/2021e para o ano de 2022 a importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a qual onerará dotação orçamentária própria para o exercício financeiro.
II – ALTERAR a titularidade De: AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL, CNPJ nº 04.995.603/0001-21 Para: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 13.864.377/0001-30.
III – Publique-se.
IV – Em atendimento ao Decreto Municipal 60.041/2020, especialmente ao artigo 3º, § 1º e pelos fundamentos que consta do processo, do Parecer e da tentativa infrutífera para redução dos valores, declaro a impossibilidade de redução do objeto mantendo-se o presente contrato nos termos pactuados, sem reajuste anual.
V – Após a certificação, redirecionar a SMS/SMS-1/Contratos para providências quanto a confecção do Termo Aditivo e para o Departamento de Orçamento e Financia para elaboração da Nota de Empenho.

HOSP. MUN. E MAT. ESCOLA DR. MÁRIO DE MORAES ALTENFELDER DA SILVA

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO TÉCNICO
PROCESSO DE COMPRA Nº. 6018.2017/0018573-4
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2016-SMS.G
PENALIDADE
APENAÇÃO Nº. 84.021.0076/2021
I) À vista do noticiado no presente, em especial a manifestação da Assistência Técnica Jurídica no doc. SEI nº 040770491, que adoto como razão de decidir, nos termos da Portaria nº. 727/2018-SMS.G e com fundamento na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e no princípio da autotutela da Administração Pública, **TORNO NULO** o Despacho SEI 015021669 proferido no Processo 6018.2017/0018573-4, publicado no DOC/SP do dia 27/02/2019, página 70, tendo em vista que o motivo que impulsionou a feitura do ato administrativo se deu de forma equivocada.
II) Por conseguinte, nos termos do inciso VIII do artigo 7º do Decreto Municipal nº. 56.144/2015, da alínea “h” do item I da Portaria nº. 727/2018-SMS.G e do artigo 14 do Decreto Municipal nº. 60.052/2021, **APLICO** à empresa **GIMED CONFECÇÕES HOSPITALARES LTDA. – E.P.P.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.128.897/0001-04, a **penalidade de multa de 20% (vinte por cento)** sobre o valor do pretenso ajuste, correspondendo à R\$ 5.596,00 (cinco mil quinhentos e noventa e seis reais), em razão de seu impedimento de celebrar o contrato pelo não apresentação de documento necessário para tanto, qual seja, Certidão de Tributos Federais, conforme subitem 8.1.1 da Ata de Registro de Preço nº 118/2016-SMS-G.
III) Outrossim, fica a empresa **NOTIFICADA** do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso, a contar da publicação do presente despacho, conforme previsto na alínea “f” do inciso I do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/1993, devendo ser protocolado no endereço eletrônico hmvncjuridico@prefeitura.sp.gov.br ou pessoalmente na Assistência Técnica Jurídica do Hospital Municipal Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva, localizado na Avenida Deputado Emílio Carlos, 3.100 – Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo – SP, mediante o recolhimento das custas de preparo, no mesmo prazo, sob pena de não conhecimento.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

DESPACHO DA COORDENADORA REGIONAL DE SAÚDE
6018.2021/0014272-2 - À vista do contido no presente procedimento administrativo, e diante da competência a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G, AUTORIZO com fundamento na Lei Federal 10.520/02 c/c Decreto Municipal 54.102/13, a abertura do procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando a aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (Papéis para ECG), onerando-se a dotação 84.26.10.302.3003.4107.3390.3000.00, do orçamento vigente.
6018.2020/0000358-5 – À vista dos elementos contidos no presente, e no uso da competência a mim delegada pela Portaria 727/2018-SMS.G, e ainda, as informações contidas no link 040750707, e a manifestação no link 040847682, que acolho como razão de decidir, e observadas as cautelas de estilo, **INCLUSÃO 3,2283%**, referente a 01 (um) posto de 24 horas na UBS Itaquera, a partir de 13/03/2021, no valor mensal de R\$ 16.897,31 (dezesseis mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos) e **EXCLUSÃO em 1,0988%**, referente a 01 (um) posto de 13 horas na UBS Itaquera, a